

CIDADE ADMINISTRATIVA

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

O Governo do Estado acaba de inaugurar a cidade administrativa. Um amplo espaço que abrigará 16.300 servidores, 18 secretarias e 25 órgãos públicos. Custou aos cofres públicos R\$ 1.056 bilhão. Tudo conforme o Hoje Em Dia Especial de 4.3.2010.

Após as festas, discursos e solenidades, é preciso refletir sobre o assunto e analisar os argumentos que levaram o Estado a criar a cidade. Depois, fazer o balanço conclusivo. Afinal, trata-se de um empreendimento público, feito com o dinheiro de todos nós. Portanto, sobre ele, todos têm legitimidade para dizer o que pensam. Vamos aos fatos.

Reunião de órgãos e concentração administrativa: 43 órgãos se instalarão no local, sob o argumento de que a reunião permitirá prestação de serviço público unitária e melhor. Mas hoje a concentração se faz por caminhos virtuais. O mundo inteiro é um "plano" só, como diz Thomas Friedman em seu conhecido livro. Empresas americanas são dirigidas da Índia para atuarem em todos os continentes. Prescindem do espaço físico para serem grandes. A localização territorial impede a expansão e limita a atividade moderna. Com o serviço público não pode ser diferente, ainda que em proporção menor. As grandes redes aproximam tudo e independem da matéria ou localização física.

Diminuição de despesas. A diminuição de despesas com concentração de órgãos não é um sistema garantido. Às vezes, a separação é que traz economia, pois permite ver a burocracia em áreas localizadas e próximas do administrador. A comunicação pode ser feita pela Internet. Este argumento foi usado, por exemplo, para unir o Tribunal de Justiça com o Alçada. Qual a prova da economia? O que há é queixa permanente da falta de verbas para o Judiciário. Os problemas são os mesmos e continuam assim.

Maior edifício suspenso do mundo. Este tipo de afirmativa não convence porque o maior nem sempre é o melhor. Qualidade é concentração e harmonia e não extensão e grandeza. O que se vai perguntar é se o maior edifício suspenso vai abrigar também a melhor administração.

Grife de Niemeyer. Não se nega a beleza da obra e as idéias estéticas e artísticas deste grande arquiteto. Mas a beleza, por si só, não garante eficiência. A finalidade concreta das obras de arte realizadas para abrigar órgãos públicos só se materializa com a prestação de serviço, que tanto pode ser boa ou ruim, independentemente das belas linhas arquitetônicas do artista que as concebeu.

Custo. É uma das principais preocupações do administrador moderno, pois o dinheiro está em falta. Distribuí-lo com prudência e habilidade segundo as necessidades públicas é um ato de sabedoria que nem todos os governantes têm. Consta que a verba de R\$ 1.056.000.000 (já lemos cifra de um bi e seiscentos milhões) equivale ao orçamento anual dos serviços de assistência social, habitação, cultura, esportes e agricultura. Aqui vem o questionamento: qual é melhor e mais conveniente: o prédio ou a distribuição do valor em reforço das verbas para a prestação dos serviços acima especificados? Quem mais lucraria?

O atual Governo de Minas, conforme noticia o Hoje em Dia em excelente reportagem na edição de domingo (7.3.2010), obteve grandes conquistas nas áreas fiscal e de gestão pública. Isto é verdade e deve-se principalmente ao talento do Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia, que sempre deixou um rastro de capacidade e inteligência em todos os órgãos por onde passou.

Mas ainda há notórias carências. A CNT apresentou estudo mostrando a necessidade de investimento em pelo menos 51 itens, entre os quais se destacam malhas rodoviária e ferroviária, telefonia móvel, banda larga, construção e ampliação de aeroportos, ainda em número insuficiente. Lembre-se aqui o trânsito caótico de BH e a construção do metrô, que seria uma das maiores conquistas para os que ganham pouco e precisam chegar cedo ao trabalho. Hoje o trabalhador mineiro e brasileiro precisa de quase outra jornada para chegar ao trabalho e voltar para casa.

O empobrecimento das classes sociais de menor poder aquisitivo é um fato e a favelização ao redor das grandes cidades é uma mostra lastimável da desigualdade brutal que ainda existe em nosso país. Zonas inteiras de pobreza, como o Norte de Minas, carecem ainda de verbas públicas e planos eficientes de gestão. Somando-se tudo, calcula-se que precisamos de um total de R\$ 26 bilhões. E aqui surge novamente a questão: qual é a prioridade: as sedes administrativas ou os investimentos para erradicar o subdesenvolvimento e enfrentar com sucesso a pobreza?

Todos estes fatos precisam ser ponderados e refletidos. O atual Governo de Minas, com justiça, reconhecido como um dos melhores que já tivemos, naturalmente levou em conta as considerações aqui expostas e, se decidiu por construir a cidade administrativa, é porque viu nela um meio de melhorar a administração do Estado e prestar melhor serviço público. Mas o futuro não responde nada antes do tempo. É preciso aguardar acontecer para ver.

Cabe-nos agora confiar no discernimento de nossos dirigentes e ver o resultado do investimento na efetiva prestação do serviço público, principalmente, no que se refere àqueles que têm no Estado a última esperança de melhorar a vida e suprir suas carências inadiáveis.

(Publicado no Jornal Hoje em Dia em 09/03/2010)